

## EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO DE UM ACADÊMICO COM SURDEZ DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ

Laura da Silva Lopes<sup>1</sup>

Universidade do Estado do Amapá

[reatesmartins20@yahoo.com.br](mailto:reatesmartins20@yahoo.com.br)

Joice Pacheco Batista<sup>2</sup>

Universidade do Estado do Amapá

[Joicebatista1@hotmail.com](mailto:Joicebatista1@hotmail.com)

**RESUMO:** A inclusão dos surdos nas Universidades é um direito garantido por lei, no entanto ainda tem muito a ser discutido em virtude das Instituições de ensino superiores estarem despreparadas, esse processo exige mudanças. Este artigo tem por objetivo analisar e compreender a vivência de um acadêmico com surdez no ensino superior em Macapá-AP, bem como identificar as dificuldades encontradas pelos surdos e quais têm sido as estratégias utilizadas pelas universidades para viabilizar a inclusão do aluno com surdez no ensino superior. O estudo de caso parte de aspectos referentes à trajetória histórica da educação inclusiva dos surdos e aborda princípios da Política de Acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior, mesmo com todas as discussões, há uma lacuna entre o prescrito e o realizado, os alunos com deficiência se deparam com inúmeras barreiras, sejam elas de ordem estrutural, física, metodológicas e atitudinal. Esse estudo se propõe analisar e compreender a atual situação da inclusão de um aluno com surdez da Universidade do Estado do Amapá, fazendo uso da abordagem qualitativa e o método de entrevista semiestruturada. Após o tratamento dos dados coletados, o estudo revelou as dificuldades enfrentadas pelo acadêmico com surdez em relação a interpretação da Língua portuguesa dos conteúdos repassados pelos professores em sala de aula, a falta de capacitação dos docentes da universidade para lidar com os acadêmicos que adentram a universidade com algum tipo de deficiência especial educacional e a falta de comunicação dos professores e os demais colegas de turma com o acadêmico com surdez. Mediante os fatos analisados, observamos que a Universidade tem feito o processo de inclusão sócio educacional, a UEI tem sido um fator essencial para que haja essa inclusão de fato, porém a UEAP ainda tem muito que avançar e no seguimento de inclusão no ensino superior e melhor capacitar seus docentes e todo o corpo técnico da unidade para receber esses acadêmicos com necessidades especiais educacionais que estão adentrando o ensino superior.

---

<sup>1</sup> Joice Pacheco Batista, acadêmica do curso de Pedagogia, 7º semestre. Universidade do Estado do Amapá, turma LPE 14.1. E-mail: [joicebatista1@hotmail.com](mailto:joicebatista1@hotmail.com).

<sup>2</sup> Laura da Silva Lopes, acadêmica do curso de Pedagogia, 7º semestre. Universidade do Estado do Amapá, turma LPE 14.1. E-mail: [reatesmartins20@yahoo.com](mailto:reatesmartins20@yahoo.com).

**Palavras-chave:** Educação Superior, inclusão, surdez.

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho apresenta um estudo de caso acerca da inclusão da pessoa surda no ensino superior. Na década de 1990, o Brasil apresentou um total de 922 Instituições de Educação Superior (IES), com 6.644 cursos e 1.868.529 alunos matriculados Almeida et al (2012). De acordo com senso da Educação Superior de 2012, há um total de 2.416 IES, 31.866 cursos, 7.037.688 estudantes Brasil (2014). É inegável que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável, seja por parte das políticas públicas ou por falta de conhecimento dos envolvidos no processo de aprendizagem. Este artigo pretende entender quais têm sido os anseios de um acadêmico surdo que faz uso de intérprete, analisar e avaliar os aspectos dessa experiência e o ponto de vista do mesmo. Para tal, foi realizada uma entrevista semiestruturada e analisado o seu depoimento.

O ingresso do aluno surdo em instituição de ensino superior, muitas das vezes representa uma conquista, por parte dos parentes, para pais e para o próprio surdo. O sentimento em fazer parte de um ensino inclusivo desperta a expectativa para novas chances de conquistar a conclusão e progresso nos estudos.

As várias barreiras que aluno surdo enfrenta no decorrer de sua trajetória educacional destaca-se a de acompanhar um currículo elaborado e voltado para ouvintes, e a falta de fluência em libras por parte dos docentes e colegas ouvintes, e o sentimento de incapacidade frente às exigências de uma cultura que não é sua, contribui consideravelmente para evasão e a desistência do sonho de estudar, progredir e vencer as barreiras educacionais Lodi, Moura (2006).

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos alunos surdos, muitos conseguem concluir sua trajetória escolar e ingressam no ensino superior, pois há um único desejo comum entre eles, que é de concluir o curso superior e estar pronto para mercado de trabalho, ser um profissional qualificado e continuar seus estudos nas diferentes áreas do conhecimento, como qualquer outra pessoa. Para que o aluno surdo ingresse no ensino superior e seja incluído é preciso respeitar sua especificidade linguística possibilitando-o a aprender e adquirir conhecimento necessário para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional, proporcionando igualdade de oportunidade. As instituições de ensino superior devem estar preparadas para receber e fornecer subsídios organizados para atender as necessidades do

aluno e capacitar os professores para que os alunos se sintam realmente incluídos na universidade.

## **2. A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS**

Dentre os precursores que tiveram grande importância no desenvolvimento da educação de surdos, está Ponce de León (1510-1584), destaca-se na realização de métodos específicos para a educação de surdos, utilizou-se de combinações de sinais com o esforço concentrado na escrita, inventou o alfabeto manual, do qual transformou em um instrumento de acesso à escrita e à leitura, com o objetivo de só enfatizar a fala. No ano de 1620, Bonet escreve e publica um livro sobre métodos educativos para surdos, enfatizando a importância de ensinar os surdos e os seus professores do uso manual do alfabeto como método eficaz no ensino precoce de crianças surdas Soares (1999).

Segundo Botelho:

No século XVII, são criadas as primeiras instituições filantrópicas que atendiam cegos e surdos. Em 1756, o Abbé Charles Michel de L'Épée, fundou em Paris a primeira escola para surdos com a abordagem gestualista, através de sinais metódicos, representativos e classificatórios e oralistas, criando uma linguagem mímica universal que permitia a realização de uma instrução rápida, seu objetivo era que a instrução possibilitasse aos surdos transformar os elementos úteis manualmente para a sociedade, foi então pela primeira vez na história que os surdos haviam adquirido o direito a uma língua própria (2002, p.122)

A trajetória da educacional dos surdos assim como na Europa e nos Estados Unidos, no Brasil ocorreu de maneira semelhante entre os séculos XVI e XVIII, as crianças surdas eram abandonadas por suas famílias ou confinadas no contexto doméstico. Eram excluídas do convívio educacional e social da sociedade qualquer pessoa que apresentasse características físicas (consideradas como deformidades), ou problemas mentais. Dentre eles estão os surdos dos quais eram tidos como imbecis, sob afirmação de que o pensamento não podia se desenvolver sem a linguagem, ou seja, o surdo era tido como uma pessoa que não pensava, conseqüentemente eram proibidos de casar, de herdar bens, estavam a margem da sociedade daquela época Monteiro (2006).

A primeira instituição no Brasil a ser criada para as pessoas surdas foi na época do Império por D. Pedro II, hoje conhecida como Instituto Nacional de Surdos (INES). Na década de 70 o cenário era da filosofia da Comunicação total e de 80 pesquisas sobre libras

realizadas pela professora de Linguística Lucinha Ferreira de Brito, o bilinguismo passa a ser utilizado no Brasil Goldfeld (2002)

No dia 24 de Abril de 2002, entra em vigor a Lei de aprovação da Língua – Lei nº. 10.436, em que a Libras vem ser reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, considerado umas das grandes conquistas na educação dos surdos, com a lei inclui-se a LIBRAS em cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, assim como sua formação integração nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) que regem a Educação Básica no Brasil, possibilitando a utilização da Libras nos estados brasileiros. Após três anos, em 22 de Dezembro de 2005, o decreto nº 5626 regulamentou a Lei nº 10.436/2002, incluindo nesse discurso outros sujeitos, surdos e ouvintes, na educação do aluno surdo: o intérprete de Libras, o instrutor surdo e os professores na disciplina de Libras. Em 2010, uma proposta há muito tempo esperada culminou na Lei nº 12.319/2010, conhecida como Lei dos Tradutores e Intérpretes de Libras.

### **3. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA IGUALDADE DE DIREITOS OS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR**

Inicialmente, é preciso entender que a educação é um direito de todos e para todos, Thoma (2009), afirma que a educação inclusiva tem sido tema de reflexão no âmbito educacional, pois exige mudanças textuais/legais, simbólicas (curriculares, avaliativas), independente das deficiências dos sujeitos envolvidos.

Os surdos passam por uma difícil jornada educacional, vindo a se deparar com a primeira barreira ao tentar entrar no ensino superior, pois o vestibular é estruturado para as pessoas que não possuem necessidades educacionais especiais, ou seja, no caso dos surdos é preciso entender.

De acordo com Monteiro:

Existe uma dificuldade em relação à Língua Portuguesa, que é a segunda língua dos surdos, pois a primeira língua dos surdos é LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), os surdos não usam tempo verbal nem preposições, dificultando o bom desempenho nas provas tradicionais do vestibular. (2005, p. 34)

Dentre as principais questões que se apresentam diante da inclusão de sujeitos surdos em todos os níveis de ensino está o problema da formação docente e as dificuldades dos alunos surdos em se apropriar do conhecimento de forma adequada. Surge o seguinte questionamento: como poderão educadores formados para o atendimento de uma classe de

perfil de alunos normais atender às diferenças em suas salas de aulas? Como pensar em sujeitos a partir da concepção da diferença, quando que só os veem como sujeitos da diversidade, ou seja, plenos de uma cultura diferenciada Duschatzky e Skliar (2000)? Faz se necessário trazer essa discussão para o contexto das IESs (Instituição de Ensino Superior) espaço educacional que tem como compromisso pensar em formas menos excludentes e discriminatórias.

Segundo Vasconcelos et al (2005), as avaliações feitas nas instituições de ensino superior, os surdos relatam que são textos de difícil compreensão com enunciados complexos, do qual exige um amplo vocabulário, apesar do auxílio do intérprete ainda assim a compreensão não fica clara. O problema estaria do surdo não possuir o domínio da língua portuguesa, pois a mesma tem uma estrutura frasal com características diferentes.

Vasconcelos et al (2005), afirma a importância dos recursos para a avaliação, segundo o autor o visual deveria ser fundamental ao se aplicar uma avaliação, atenderia as especificidades dos surdos. Além do esforço que aluno surdo tem em se adaptar a vida acadêmica para poder assimilar os conteúdos, o mesmo precisar vencer as dificuldades como a inadequação das condições de estudo, problemas de compreensão em leitura e dificuldade de produção de texto, todas essas dificuldades é devido as falhas de sua trajetória escolar Sampaio e Santos (2002).

Segundo Thoma (2009), não há como negar que a muito a se fazer e que não basta apenas à boa vontade de alguns. È preciso muito mais, romper as concepções e buscar alternativas viáveis, pois todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização e precisa urgentemente se pensar em uma política diferenciada para que isto aconteça de fato. Sendo assim tornam-se necessárias investigações sobre a formação dos docentes, dos espaços estruturais e dos serviços existentes para atender as dificuldades enfrentadas pelos surdos nas universidades.

Mesmo diante de tantas dificuldades, Goffredo (2004), afirma que o Brasil foi apontado no ano de 2004 pela ONU como o país com a legislação mais avançada das Américas no que se refere à inclusão de pessoas com deficiência. No entanto existe uma grande distância entre as leis em uso e a realidade social. Atualmente um dos avanços conquistados foi à aprovação da lei de acessibilidade que garante a presença do intérprete de libras, para os candidatos surdos prestarem vestibular.

De acordo com os autores Schimitt e Casanova (2003), a inclusão tem sido um processo de difícil, pois mesmo os surdos frequentem a sala de aula com os ouvintes e

aprendem a língua oral, ainda assim irão encontrar dificuldades, pois elas são previsíveis no percurso escolar.

#### **4. DADOS ESTÁSTICOS DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NAS UNIVERSIDADES**

Apesar de o ingresso do aluno com necessidades educacionais especiais na universidade terem aumentado nestes últimos anos como apontam pesquisas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Dado do censo em 2005, indicaram que as matrículas passaram de 2.155 para 6.022 em cinco anos, se considerados os alunos superdotados, os matriculados subiram de 2.173 para 6.328 e o aumento percentual foi de 191%.

Isto certamente representa um avanço, mas ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize sua inclusão plena. Visto que, existe um contraste muito grande nas diversas regiões do país, o Nordeste e o Norte, estão entre menores índices de matriculados. Os dados deste mesmo Censo revelam que 49% das 6.328 matrículas de alunos com necessidades especiais estão em Instituições de Educação Superior localizadas na Região Sudeste. A seguir vêm o Sul, com 24% desse total, e o Centro-oeste, com 14%. O Nordeste e o Norte concentram, respectivamente, 9% e 4% desse universo de estudantes.

Por outro lado, o índice sobre o tipo de deficiência mais frequente entre os alunos com necessidades especiais matriculados nas Instituições de Educação Superior é a física (38%). A seguir vêm os estudantes com deficiência visual, que representam 32% do total. Já os deficientes auditivos detêm 23% dessas matrículas.

O Censo aponta também que o maior crescimento foi nas instituições de ensino superior privadas. Em 2000, as universidades públicas tinham 52,23% (1.135 alunos) do total de matriculados com necessidades especiais (incluindo os superdotados) e as privadas, 47,77% (1.038 estudantes). Já os números de 2005 mostram que 67% (4.247) dos alunos nessa categoria estudavam em entidades particulares.

Apesar dos dados quantitativos indicarem um salto no número de matrículas, o desafio de uma educação inclusiva na educação superior precisa ainda alcançar dados qualitativos, falta concretizar políticas públicas que atendam e respeitem as especificidades de cada aluno com deficiência, medidas que atendam a diversidade.

De acordo com Mazzoni, Torres e Fontes (2005), a legislação vigente, garante as pessoas com deficiência acesso à universidade – o que sem dúvida, se constitui um avanço significativo, no entanto enfrentam diversas dificuldades no decorrer do processo educacional, buscando o acesso e permanência na universidade das quais são dificuldades desde atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, entre muitas outras, que se sobrepõem ao acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior e que seriam superadas se fossem cumpridas as normas de acessibilidade pelos órgãos responsáveis.

O Brasil está em um momento, no qual a democratização do acesso e permanência na universidade de grupos socialmente desfavorecidos está obtendo maior espaço Miranda (2006). Pois, é preciso que a legislação sobre acessibilidade da pessoa com deficiência no ambiente universitário seja respeitada, e o atendimento das especificidades de cada tipo de deficiência sejam implementadas tanto por instituições públicas quanto pelas instituições privadas, aqui o MEC deve estar acompanhando não apenas a autorização, mas o funcionamento das instituições. Pois

Enquanto os alunos com deficiência física têm como critério para sua acessibilidade a existência de espaços físicos adaptados (rampas, corrimões, trincos de porta, banheiros, bebedouros, telefones públicos, etc.), em relação à deficiência visual, a acessibilidade depende de materiais como computadores com softwares adequados, impressoras Braille, etc. No concernente a surdez, o aluno deve ter direito a um intérprete em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS- por exemplo. (MIRANDA, 2006, p. 6)

Para ocorrer de fato uma educação inclusiva requer uma reestruturação por parte do sistema educacional, no qual devem se organizar para dar o suporte necessário aos alunos com necessidades educacionais especiais. Pois isso exige ações efetivas e viáveis que tenham como perspectiva a inclusão social e escolar de todos, independente de ter ou deficiência.

O papel da universidade não pode ser indiferente ao diferente, faz-se necessária repensar em um sistema educacional mais justo e democrático. O estado precisa assumir um compromisso com a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais, para que isso ocorra só os aspectos legislativos não são suficientes, é necessário que as políticas públicas sejam verdadeiramente intensificadas, no que diz respeito a investimentos de recursos tecnológicos, na qualificação de professores e assistência estudantil nas universidades para garantir o acesso e permanência das pessoas com necessidades educacionais especiais.

## 5. METODOLOGIA

A Universidade do Estado do Amapá atualmente possui o sistema de cotas para facilitar a entrada de pessoas com deficiência auditiva, visual ou intelectual na universidade e para atender essa demanda a Ueap conta com o apoio da UEI (Unidade de Educação Inclusiva) que se faz presente nos campus I e II da UEAP para atender os alunos com necessidades especiais educacionais. A UEI tem um corpo técnico de quatro intérpretes de Libras sendo que apenas dois são profissionais efetivos, quatro transcritores de Braille, sendo que apenas dois são efetivos da universidade, futuramente também haverá um profissional para trabalhar com alunos com deficiência intelectual. Atualmente estes profissionais atendem quatro alunos surdos (dois no curso de designer e dois cursam licenciatura) e cinco alunos com deficiência visual (alunos cegos e baixa visão) na universidade.

Para os alunos com deficiência visual a UEI faz a transcrição do material didático repassado em sala para o braille, também faz slides adaptados para os alunos com baixa visão, já no caso dos alunos deficientes auditivos cada um tem o acompanhamento do intérprete de Libras em sala de aula e a tradução do material didático chamado de apoio linguístico onde os intérpretes tem o dever de traduzir o material repassado pelos professores para a língua de sinais. Para facilitar esse trabalho a unidade dispõe de uma impressora Braille (que está com defeito no momento) e utilizam de programas como o Braille fácil que já lê o material repassado em mídias para os alunos tornando assim a tradução dos trabalhos bem mais ágil.

Para fazer parte do corpo técnico da UEI o candidato deve possuir o ensino médio completo (apesar de todos que trabalham na UEI possuírem graduação em licenciatura) e um curso técnico na área de libras, ele pode ser feito no CAS (Centro de Atendimento ao Surdo), esse curso é oferecido pelo estado e é credenciado pelo MEC. O PROLIBRAS também é muito válido, porém é mais uma certificação, ele não coloca o candidato na prática com a língua de sinais como o curso técnico.

A UEI também oferece um curso de capacitação na área de libras chamado CILIBRAS (Curso Integrado de Língua Brasileira de Sinais) no campus II da UEAP, do nível I ao VI, este curso é de preferência para capacitação dos acadêmicos da UEAP, mas também abrem vagas a comunidade em geral que tenha interesse.

O presente trabalho intitulado como EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: Estudo de caso de um acadêmico com surdez na Universidade do Estado do Amapá tem como objetivo analisar as dificuldades vivenciadas pelo acadêmico A, deficiente



auditivo, 23 anos, primeiro acadêmico surdo do curso de designer da UEAP, o mesmo ingressou na universidade através do processo seletivo de 2013, o mesmo também utilizou a cota para pessoas com necessidades especiais.

A pesquisa com carácter investigativo teve como ferramentas para coletar dados para elaboração deste artigo a aplicação de um questionário com vinte perguntas para o acadêmico A, um questionário com quinze perguntas para o intérprete de libras do acadêmico e um depoimento sobre a UEI através de gravação de voz da intérprete de libras que trabalha na unidade. Utilizamos também correspondências via e-mail e whatsapp para marcar horários para as entrevistas e também para tirar algumas dúvidas sobre o acadêmico em questão.

A coleta de dados iniciou no dia 2 de janeiro de 2016 e se estendeu até o dia 8 de janeiro de 2016. E a partir da junção desses dados serão apresentadas logo abaixo as análises e reflexões mediante os questionamentos.

## **6. RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Muitas são as causas da surdez, podem ser de origem congênita ou adquirida.

As principais causas da deficiência congênita são:

Hereditariedade, viroses maternas (rubéola, sarampo), doenças tóxicas da gestante (sífilis, citomegalovírus, toxoplasmose), ingestão de medicamentos ototóxicos (que lesam o nervo auditivo) durante a gravidez. É adquirida, quando existe uma predisposição genética (otosclerose), quando ocorre meningite, ingestão de remédios ototóxicos, exposição a sons impactantes (explosão) e viroses, por exemplo. (Rinaldi, 1997, p.25).

No caso do nosso instrumento de estudo de caso o acadêmico A, sua mãe adquiriu rubéola durante a gravidez e então o bebê já nasceu com surdez, mas apesar da deficiência o acadêmico tem uma boa comunicação com sua família, sua mãe e irmãos conhecem um pouco da língua de sinais e utilizam do alfabeto manual para se comunicar com ele, seu pai se comunica através de gestos, mas grande parte da sua família aprendeu o básico da língua de sinais para poder se comunicar.

O acadêmico A estuda no ensino regular desde os oito anos de idade e o mesmo informou que aprendeu a língua de sinais na Escola Estadual José de Anchieta, sua família foi fundamental para que ele iniciasse os estudos e chegasse ao ensino superior, sua família o apoia em todas suas decisões e se faz presente.

Ao ingressar na Universidade do Estado do Amapá o acadêmico A encontrou várias dificuldades, dentre elas a falta de profissionais na área de libras [...] Aula pessoas alunos comunicar escrever, técnico saber um pouco, professores não saber LIBRAS e intérpretes saber, UEAP funcionários difícil (acadêmico A). Para ele o mais difícil é a parte teórica, pois o mesmo tem dificuldade em entender o português. A surdez dificulta a aquisição normal da linguagem oral, pois impede a percepção de fonemas, palavras, intensidade da voz e discriminação de sons. Como consequência afeta os aspectos cognitivos, dificultando a contextualização e abstração necessária à aprendizagem Castro e Pedrosa (2005). Mas para facilitar as aulas o acadêmico A tem o acompanhamento simultâneo do intérprete 1 de libras em sala de aula e o mesmo também faz as traduções dos materiais repassados pelos professores do português para a língua de sinais, o chamado apoio linguístico e assim o intérprete acaba sendo a única ferramenta de ajuda do acadêmico e isso acontece porque os professores da universidade não estão capacitados para lidar com os acadêmicos com deficiência auditiva ou qualquer outra deficiência [...] então essa é a maior dificuldade, dos professores não saberem lidar com o aluno com deficiência e com isso o intérprete acaba sendo professor do aluno, indo além de seu trabalho, o que não deveria acontecer (Intérprete 2).

As propostas educacionais do Bilinguismo começam a se estruturar a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras. O Decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional, definindo também que para os alunos surdos a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, orienta ainda para a formação inicial e continuada de professores e formação de intérpretes para a tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa Damásio (2007).

Em relação ao incentivo da entrada e permanência do aluno com surdez na universidade o acadêmico A relatou: [...] Alguns surdos alunos desistir ou surdo sempre esforço formando. Faltar incentivo aprender desenvolvimento ensino superior. É muito difícil a permanência de alunos com surdez na Universidade, principalmente se o aluno for o primeiro com surdez em determinado curso, já houve caso de um aluno surdo desistir do curso por falta comunicação, no curso de engenharia química, por exemplo, muitas palavras específicas das disciplinas ainda não possuem sinais na Língua Brasileira de Sinais, o que acaba dificultando ainda mais a compreensão do aluno com surdez e o trabalho do intérprete na hora da interpretação da língua portuguesa para a língua de sinais.

Segundo Teske e Cláudio (2002), existe um grupo de surdos juntamente com intérpretes preocupados com a criação de sinais específicos para as disciplinas que estão sendo realizadas pelos alunos surdos em diferentes campos do saber tanto na área de ciências exatas quanto nas humanas, pois esses sinais ainda não são praticados pela comunidade surda em geral. Além disso, existe uma preocupação em analisar a prática do intérprete a fim de identificar como as informações chegam aos alunos, bem como a dinâmica de sua atuação em situação de debate, perguntas de outros alunos e do próprio aluno surdo, objetivando não interferir na aprendizagem desses sujeitos.

A comunicação do acadêmico com os colegas de classe também é prejudicada pela falta de capacitação na língua de sinais, ele diz que na maioria das vezes os colegas quando querem se comunicar com ele acabam escrevendo em um papel ou até mesmo mandam mensagem no whatsapp para conversar, poucas pessoas que frequenta a universidade tem o conhecimento da língua de sinais [...] Sim, relação, comunicação alunos minhas colegas só escrever ouvintes alunos e surdos alunos LIBRAS, alguns tenho falta comunicação (Acadêmico A). O intérprete 1 que o acompanha em sala é muito solicitado também quando algum colega quer se comunicar com ele, o intérprete acaba sendo um mediador de conversas entre o acadêmico A com os demais colegas de turma.

Mediante a pesquisa realizada podemos analisar que o maior problema não está no acadêmico com surdez, mas sim na universidade que não está preparada para receber a especificidade desse aluno. Observamos o empenho do intérprete de libras e dos profissionais da UEI em facilitar a vida acadêmica do aluno A, porém os próprios professores não sabem lidar e nem procuram meios de capacitação para aprender a se comunicar com o acadêmico A, mesmo a UEI fornecendo essa capacitação aos professores assim que eles entram na universidade, mas nota-se a falta de interesse da parte dos mesmos, pensando que não vão se deparar com tal realidade grande maioria dos professores acabam não participando desta capacitação. [...] Como tem a unidade da UEI na universidade os professores não se preocupam em se capacitar e aprender a lidar com esses alunos com deficiência em sala de aula (Intérprete 2).

Apesar de todas as dificuldades encontradas na universidade o acadêmico já está cursando o último semestre do curso de designer na UEAP, em breve irá defender seu TCC e sempre demonstrou interesse e capacidade de concluir o seu ensino superior e se tornar um profissional preparado para o mercado de trabalho.

## **7. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A surdez é uma problemática que sempre esteve presente em nosso cotidiano, mas até o indivíduo ter um contato mais íntimo com essa especificidade não a uma preocupação de aprender a lidar com essa deficiência e assim tornar a sociedade inclusiva de fato, constatamos o quanto é importante se tornar um ser bilíngue onde seja importante aprender a Língua Brasileira de Sinais para a comunicação com a comunidade surda. Podemos perceber o quanto a comunidade surda evoluiu e conseguiu chegar até o ensino superior apesar de todas as dificuldades que lhe foram impostas no decorrer da história da educação inclusiva.

Verificamos que o ensino superior apesar de ser mais estruturado ainda tem muitas lacunas quando o assunto é inclusão, muitos profissionais que trabalham na área não estão capacitados para atender essa demanda, sendo que a própria universidade oferece essa capacitação, claro que não devemos generalizar porque a muitos profissionais capacitados e com força de vontade para reverter essa realidade, a unidade da UEI na Universidade é a prova disso, que apesar da falta de profissionais e materiais tem desenvolvido seu trabalho com êxito, sei que avançamos, porém ainda falta bastante para se chegar a um padrão de qualidade de ensino superior inclusivo que venha atender essa demanda de pessoas com necessidades especiais educacionais que estão adentrando ao ensino superior.

A universidade do Estado do Amapá ainda está crescendo e tem muito a melhorar, e que apesar das dificuldades encontradas pelo acadêmico, pelos intérpretes e pela UEI, a persistência sempre vem à frente, para muitos a conclusão do ensino superior é uma grande conquista, e para o nosso estudo de caso não é diferente, o incentivo dos familiares e seu esforço e capacidade o fizeram chegar até aqui e alcançar seu objetivo e mostrar que a diferença está na força de vontade.

## **8. REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, L. et al. **Democratização do acesso e do sucesso no ensino superior: uma reflexão a partir das realidades de Portugal e do Brasil. Avaliação Campinas**, Sorocaba, v. 17, n. 3, p. 899-920, nov. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. **Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Acessibilidade**. Brasília, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopses do ensino superior. **Resumo técnico censos da educação superior**. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 14 mar. 2015.

CASTRO, Roney Polato de; PEDROSA, Marilda de Paula. **Encarando a diversidade: o ensino e aprendizagem de ciências e a formação de alunos surdos**. *Revista virtú*. Juiz de Fora, n.2, 2005. Disponível em:

[http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo\\_-\\_2a\\_31.Pdf](http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo_-_2a_31.Pdf)>>. Acesso em: 10 out. 2011.

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

DUSCHATZKY, Silvia e SKLIAR, Carlos. **Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade**. *Educação e Realidade*. Porto Alegre. v.25 n.2 jul/dez. 2000.

GOFFREDO, V. L. S. – **A Inclusão da Pessoa Surda no Ensino Superior** – FORUM v.10 (jul:dez) Rio de Janeiro, INES 2004.

RINALD, Giuseppe et al (Org.). **Deficiência Auditiva**. Brasília DF: SEESP, 1997. (serie Atualidades Pedagógicas; n.4). Disponível em:

<[http://www.inilibras.com.br/materiais/deficienciaauditiva\\_parrte1.pdf](http://www.inilibras.com.br/materiais/deficienciaauditiva_parrte1.pdf)>. Acesso em: 10 out. 2011.

SAMPAIO, I.S.; SANTOS, A. A. **Leitura e redação entre universitários: avaliação de um programa de intervenção**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.7, n, p.31-38, jan.2002.

SCHMITT, D., SILVA, F.J. e CASANOVA, R. – **Políticas públicas de educação de surdos em Santa Catarina – Relato de Experiência** – Rev. Ponto de vida, Florianópolis.; &05, p. 227-231, 2003.

TESK, O. e CLÁUDIO, J. P. IV FÓRUM DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA  
TÍTULO: **O PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO EM LINGUA DE SINAIS NA FORMAÇÃO DOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO**. 2009

THOMA, A. S. – UNISC – **A Inclusão no Ensino Superior: “- Ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) Isso exige certamente uma política especial..”** GT: Educação Especial/n. 15 disponível em <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalho/gt15-2552--int.pdf>.

VASCONCELOS, N. A. L.M.L., CASTRO, M. P.A. e MONTE, M. S. R. – **A INCLUSÃO DE PESSOA SURDAS NO ENSINO SUPERIOR** – V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22 – setembro 2005.